

PETIÇÃO (MOD) PREVIDENCIÁRIO

CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE

Recurso
TribunalMANDADO DE SEGURANÇA -
TRF1

LEI 1.533/51 — PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - SUSPENSÃO - DEFERIMENTO DO PEDIDO - ATO ILÍCITO - PEDIDO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - PEDIDO DE SUSPENSÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA VARA PREVIDENCIÁRIA DA COMARCA DE ..., SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ... (qualificação), portador da Cédula de Identidade/RG nº ... e CPF/MF nº ..., residente e domiciliado na Rodovia ..., Km ..., na Comarca de ..., por seus procuradores adiante assinados, inscritos na OAB/... sob os nºs ... e ..., com escritório profissional localizado na Rua ... nº ..., na Comarca de ..., onde recebem notificações e intimações, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 5º, inciso LXIX da Constituição Federal e artigos 1º e 7º, inciso II da Lei nº 1.533/51, impetrar MANDADO DE SEGURANÇA contra conduta ilegal do ..., da Comarca de ..., praticado por delegação do ..., Autarquia Federal, com Superintendência na Comarca de ..., sediada na Rua ... nº ..., solicitando-se nesta oportunidade o inteiro agasalho do Poder Judiciário, para que lhe conceda MANDADO LIMINAR com efeitos assecuratórios de manutenção, proteção e até mesmo de restauração de direito seu, líquido e certo, que está sendo lamentavelmente vulnerado, conforme vai adiante demonstrado, tudo para a final ser expedida a liminar, conforme se pede: a) cumpre a autoridade coatora prontamente a ordem judicial, a fim de restabelecer de imediato o pagamento do benefício de aposentadoria por tempo de serviço do impetrante, desde a sua suspensão, mês de ... inclusive, mantendo-o até o final julgamento de mérito do presente; b) notificada regularmente via judicial, preste informações, no prazo de ... dias, nos termos do artigo 1º, "a", da Lei nº 4.348 de 26 de junho de 1964. Para tanto e com clareza, passa a impetrante expor o seu pedido: DOS FATOS Conforme se verifica cristalinamente pelos documentos de fls. ... a ..., o impetrante, após completar ... anos, ... meses e ... dias de serviço, teve sua aposentadoria por tempo de serviço concedida através de um processo que se desenvolveu de maneira lícita e regular junto ao impetrado. O documento de fls. ..., prova que com base na concessão de sua aposentadoria, o impetrante rescindiu seu contrato de trabalho com o Banco ... em .../.../... Logo em seguida, também por conta de sua aposentadoria, em demanda trabalhista, o impetrante quitou seu contrato de trabalho através de acordo judicial, realizado em .../.../..., conforme provam os documentos de fls. ... a ... Assim, desde .../.../..., as únicas fontes de renda do impetrante passaram a ser o benefício mantido pelo ... e a complementação de aposentadoria, paga pela ... - ..., entidade de previdência privada mantida pela empresa onde trabalhava (vide docs. fls. ... e ...). Ocorre que em .../.../..., ... meses depois de ter se aposentado, o impetrante foi surpreendido com um ofício enviado pelo impetrado (doc. fls. ...), no qual lhe foi comunicado que o tempo de serviço (.../.../... a .../.../...) havia sido computado indevidamente. Além disso, constava no referido ofício que em decorrência da supressão do período acima, o tempo de atividade rural (.../.../... a .../.../...), devidamente averbado em .../.../... (vide docs. fls. ... e ...), não poderia ser utilizado para fins de aposentadoria, de acordo com o disposto no artigo 58, XXIII, § 4º do Decreto nº 2.172 de 05.03.97. Ainda, neste ofício, concederam-lhe ... dias para apresentar novos elementos, sem os quais o benefício seria suspenso. Diante disto, o impetrante, dentro do prazo, encaminhou correspondência ao impetrado (docs. fls. ... a ...), provando que a concessão de seu benefício estava correta e expondo os motivos pelos quais o mesmo não poderia ser suspenso. Malgrado todo o trabalho realizado pelo impetrante no sentido de oferecer razões para o impetrado reconsiderar sua decisão, este nem tomou conhecimento das mesmas, limitando-se a expedir outro ofício em .../.../..., suspendendo,

então, o pagamento do benefício à partir daquela data (doc. fls. ...). Tão logo tomou conhecimento da suspensão do benefício pelo ..., a ..., empresa de previdência privada que complementava a aposentadoria do impetrante, suspendeu o pagamento do complemento à partir do mês de ... de ... (vide doc. fls. ...). Assim, ante a atitude arbitrária do impetrado, ficou o impetrante privado de suas únicas fontes de renda, situação esta, que pode-lhe causar sérias e irreversíveis consequências, pois como provam os documentos acostados no presente, em função de seu desligamento e do acordo judicial firmado, não existem condições para retornar ao quadro de funcionários do Banco ... Também, em razão de sua idade